



VICENTE PAULO
MARCELO ALEXANDRINO

DIREITO CONSTITUCIONAL

DESCOMPLICADO

21^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 17.02.2022
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P356d

Paulo, Vicente

Direito constitucional descomplicado / Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino. – 21. ed., rev. e atual. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

1080 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-449-0

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Direito constitucional – Problemas, questões, exercícios.
3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Alexandrino, Marcelo. II. Título.

22-75962

CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB – 7/6439

NOTA À 21.^a EDIÇÃO

Nesta edição, acrescentamos as alterações trazidas ao texto constitucional: (a) pela Emenda Constitucional 115, de 10 de fevereiro de 2022, que incluiu a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais, e fixou a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais; (b) pelas Emendas Constitucionais 113 e 114, de dezembro de 2021, que estabeleceram o novo regime de pagamentos de precatórios; (c) pela Emenda Constitucional 111, de 28 de setembro de 2021, que, entre outras inovações, disciplinou a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispôs sobre o instituto da fidelidade partidária e alterou a data de posse de Governadores e do Presidente da República; e (d) pela Emenda Constitucional 109, de 15 de março de 2021, que estabeleceu a competência para a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional e, ademais, alterou significativamente o capítulo constitucional das finanças públicas.

Incorporamos, também, vasta jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal acerca de variados temas, tais como: (a) a inconstitucionalidade da tese da “legítima defesa da honra”; (b) a constitucionalidade da imposição de restrições estatais à realização de cultos, missas e demais atividades religiosas presenciais de caráter coletivo como medida de contenção do avanço de pandemia (Covid-19); (c) o reconhecimento de que o crime de injúria racial configura um dos tipos penais de racismo; (d) a proibição de “showmícios” (shows de artistas para animar comícios e reuniões eleitorais) e a admissão de “eventos de arrecadação” (participação não remunerada de artistas em eventos de arrecadação de recursos para campanhas eleitorais) em campanhas eleitorais; (e) a legitimidade da outorga do direito ao porte de armas de fogo aos integrantes de todas as guardas municipais do país, independentemente do tamanho da população do município; (f) a mudança do tradicional entendimento daquela Corte Máxima sobre a competência do Tribunal de Contas da União para exercer o controle de constitucionalidade das leis; (g) a inconstitucionalidade do reconhecimento de direitos previdenciários nas relações que se amoldam ao instituto do concubinato; (h) a constitucionalidade da legislação que estabelece a chamada “cota de tela”; e (i) a inconstitucionalidade de normas que conferem autonomia administrativa, financeira e orçamentária às polícias civis.

Os Autores

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	1
1. Origem e conteúdo do Direito Constitucional.....	1
1.1. Objeto do Direito Constitucional quanto ao foco de investigação	3
2. Constituição: noções iniciais, objeto e evolução.....	4
2.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico	5
2.1.1. Constituição em sentido sociológico.....	5
2.1.2. Constituição em sentido político	5
2.1.3. Constituição em sentido jurídico	6
2.2. Constituição em sentido material e formal.....	8
3. Classificação das Constituições.....	9
3.1. Quanto à origem.....	9
3.2. Quanto à forma.....	10
3.3. Quanto ao modo de elaboração.....	11
3.4. Quanto ao conteúdo.....	12
3.5. Quanto à estabilidade.....	15
3.6. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico)	17
3.7. Quanto à extensão	18
3.8. Quanto à finalidade.....	19
3.9. Outras classificações.....	20
4. Breve resumo das Constituições do Brasil.....	23
4.1. A Constituição do Império (1824).....	24
4.2. A primeira Constituição Republicana (1891).....	25
4.3. A Constituição de 1934.....	26
4.4. A Constituição do Estado Novo (1937).....	26
4.5. A Constituição de 1946.....	27
4.6. A Constituição de 1967.....	28

4.7.	A Emenda Constitucional n.º 1 à Constituição de 1967 (a “Constituição de 1969”).....	29
4.8.	A Constituição de 1988.....	29
5.	Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988.....	31
5.1.	Preâmbulo.....	32
5.2.	Parte dogmática da Constituição de 1988.....	33
5.3.	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).....	34
5.4.	“Elementos da Constituição”.....	35
6.	Entrada em vigor de uma nova Constituição.....	36
6.1.	<i>Vacatio constitutionis</i>	36
6.2.	Retroatividade mínima.....	37
6.3.	Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita....	39
6.3.1.	Desconstitucionalização.....	39
6.4.	Direito ordinário pré-constitucional.....	40
6.4.1.	Direito ordinário pré-constitucional incompatível.....	40
6.4.1.1.	Inconstitucionalidade superveniente.....	41
6.4.2.	Direito ordinário pré-constitucional compatível.....	43
6.4.3.	Direito ordinário pré-constitucional não vigente.....	48
6.4.4.	Direito ordinário em período de <i>vacatio legis</i>	49
6.5.	Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional.....	50
7.	Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade.....	52
7.1.	Classificação de José Afonso da Silva.....	53
7.1.1.	Normas de eficácia plena.....	53
7.1.2.	Normas de eficácia contida.....	53
7.1.3.	Normas de eficácia limitada.....	55
7.1.4.	Eficácia das normas programáticas.....	57
7.2.	Classificação de Maria Helena Diniz.....	58
8.	Interpretação da Constituição.....	59
8.1.	Correntes interpretativistas e não interpretativistas.....	61
8.2.	Métodos de interpretação.....	61
8.2.1.	O método jurídico (método hermenêutico clássico).....	61
8.2.2.	O método tópico-problemático.....	62
8.2.3.	O método hermenêutico-concretizador.....	62
8.2.4.	O método científico-espiritual.....	63
8.2.5.	O método normativo-estruturante.....	63
8.2.6.	A interpretação comparativa.....	64
8.3.	Princípios de interpretação.....	64
8.3.1.	Princípio da unidade da Constituição.....	64

8.3.2.	Princípio do efeito integrador	65
8.3.3.	Princípio da máxima efetividade.....	65
8.3.4.	Princípio da justeza	65
8.3.5.	Princípio da harmonização	65
8.3.6.	Princípio da força normativa da Constituição.....	66
8.3.7.	Interpretação conforme a Constituição	66
8.4.	Teoria dos poderes implícitos	67

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE	69
1. Conceito	69
2. Titularidade.....	70
3. Formas de exercício	70
4. Espécies	72
4.1. Poder constituinte originário.....	72
4.2. Poder constituinte derivado	74
4.3. Poder constituinte difuso.....	76
4.4. Poder constituinte supranacional.....	77

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	79
1. Princípios fundamentais	79
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico.....	85
2.1. Origem	85
2.2. Os quatro <i>status</i> de Jellinek	86
2.3. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais	87
2.4. Distinção entre direitos e garantias	87
2.5. Características	87
2.6. Dimensões objetiva e subjetiva	88
2.7. Classificação	89
2.8. Destinatários	91
2.9. Relações privadas.....	92
2.10. Natureza relativa.....	94
2.11. Restrições legais	94
2.12. Conflito (ou colisão)	95
2.13. Renúncia	97

3. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 – Aspectos gerais	97
3.1. Aplicabilidade imediata	98
3.2. Enumeração aberta e interpretação	99
3.3. Restrições e suspensões admitidas constitucionalmente	100
3.4. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional	101
3.5. Tribunal Penal Internacional	102
4. Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º)	104
4.1. Direito à vida	104
4.2. Direito à liberdade	108
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e inciso I)	108
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II)	113
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV)	117
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII)	124
4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X)	128
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	133
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII)	135
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII)	139
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI)	140
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX)	142
4.13. Associações e defesa de direitos dos associados: representação processual (art. 5.º, XXI)	143
4.14. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI)	145
4.15. Desapropriação (art. 5.º, XXIV)	148
4.16. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV)	151
4.17. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	152
4.18. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII)	152
4.19. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, “a”)	153
4.20. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, “b”)	154
4.21. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV)	155
4.22. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI)	158
4.23. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII)	161
4.24. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII)	162

4.25.	Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL)	164
4.26.	Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII)	166
4.27.	Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV)	168
4.28.	Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV)	169
4.29.	Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII)	169
4.30.	Extradição (art. 5.º, LI e LII)	172
4.31.	Devido processo legal (art. 5.º, LIV)	174
4.31.1.	Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade	175
4.32.	Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV)	177
4.32.1.	Ampla defesa e duplo grau de jurisdição	179
4.33.	Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI)	180
4.34.	Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII)	184
4.35.	Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII)	188
4.36.	Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX)	189
4.37.	Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI)	190
4.38.	Respeito à integridade física e moral, direito de permanecer calado e outros direitos do preso (art. 5.º, XLIX, LXII, LXIII, LXIV e LXV)	191
4.39.	Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII)	194
4.40.	Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV)	197
4.41.	Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV)	199
4.42.	Gratuidade do Registro Civil de Nascimento, da Certidão de Óbito, do <i>Habeas Corpus</i> , do <i>Habeas Data</i> e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5.º, LXXVI e LXXVII)	200
4.43.	Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	201
4.44.	Proteção dos dados pessoais (art. 5.º, LXXIX)	202
4.45.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII)	203
4.45.1.	Ofensa indireta ao direito de locomoção	205
4.45.2.	Descabimento	206
4.46.	Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX)	208
4.46.1.	Natureza jurídica	208
4.46.2.	Cabimento	209
4.46.3.	Descabimento	209
4.46.4.	Direito líquido e certo	210
4.46.5.	Legitimação ativa	211
4.46.6.	Legitimação passiva	211

4.46.7.	Medida liminar	212
4.46.8.	Prazo para impetração.....	214
4.46.9.	Competência	214
4.46.10.	Duplo grau de jurisdição.....	215
4.46.11.	Pagamento a servidor	215
4.46.12.	Descabimento de honorários advocatícios.....	216
4.46.13.	Desistência	216
4.46.14.	Mandado de segurança coletivo	216
4.47.	Mandado de injunção	218
4.47.1.	Cabimento.....	219
4.47.2.	Descabimento.....	221
4.47.3.	Legitimação no mandado de injunção individual	222
4.47.4.	Efeitos da decisão.....	223
4.47.5.	Alcance temporal da decisão.....	225
4.47.6.	Mandado de injunção coletivo.....	226
4.47.7.	Mandado de injunção individual <i>versus</i> Mandado de injunção coletivo.....	227
4.48.	<i>Habeas data</i>	227
4.49.	Ação popular	229
4.49.1.	Objeto	231
4.49.2.	Competência	232
5.	Direitos Sociais.....	233
5.1.	Noções.....	233
5.2.	Enumeração constitucional dos direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7.º).....	235
5.3.	Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11)	243
5.4.	A problemática da concretização dos direitos sociais: reserva do possível, garantia do mínimo existencial e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário	246
5.5.	Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social (<i>effet cliquet</i>).....	249
6.	Nacionalidade.....	250
6.1.	Noções.....	250
6.2.	Espécies de nacionalidade	251
6.3.	Critérios de atribuição de nacionalidade.....	251
6.4.	Brasileiros natos (aquisição originária)	251
6.5.	Brasileiros naturalizados (aquisição secundária)	254
6.6.	Portugueses residentes no Brasil	255
6.7.	Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado	256

6.8.	Perda da nacionalidade.....	256
6.9.	Dupla nacionalidade	257
7.	Direitos políticos	258
7.1.	Noções.....	258
7.2.	Direito ao sufrágio.....	258
7.3.	Capacidade eleitoral ativa.....	259
7.4.	Plebiscito e referendo	261
7.5.	Capacidade eleitoral passiva.....	262
7.6.	Inelegibilidades	265
7.6.1.	Inelegibilidade absoluta.....	265
7.6.2.	Inelegibilidade relativa.....	265
	7.6.2.1. Motivos funcionais	266
	7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afinidade	268
	7.6.2.3. Condição de militar.....	272
	7.6.2.4. Previsões em lei complementar.....	272
7.7.	Privação dos direitos políticos	274
7.8.	Princípio da anterioridade eleitoral	276

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	277	
1. Introdução.....	277	
2. Formas de Estado	277	
3. Formas de governo.....	279	
4. Sistemas de governo.....	280	
5. Regimes de governo.....	283	
6. A Federação na Constituição de 1988	284	
6.1. União.....	288	
6.2. Estados-membros	290	
	6.2.1. Auto-organização e autolegislação.....	290
	6.2.2. Autogoverno.....	291
	6.2.3. Autoadministração.....	294
	6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente	295
6.3. Municípios.....	303	
6.4. Distrito Federal	308	
6.5. Territórios Federais	309	
6.6. Formação dos estados	311	
6.7. Formação dos municípios	313	

6.8.	Formação dos Territórios Federais.....	315
6.9.	Vedações constitucionais aos entes federados	315
7.	Intervenção federal	316
7.1.	Intervenção federal espontânea	317
7.2.	Intervenção federal provocada.....	318
7.3.	Decreto interventivo	321
7.4.	Controle político.....	322
7.5.	Controle jurisdicional	323
8.	Intervenção nos municípios	323

CAPÍTULO 5

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	325
1. Noções	325
1.1. Modelos de repartição.....	326
1.2. Espécies de competências.....	327
1.3. Técnica adotada pela Constituição Federal de 1988	328
2. Competências da União	331
3. Competência comum	338
4. Competência legislativa concorrente.....	339
4.1. Presunção a favor da competência do ente menor.....	346
5. Competências dos Estados.....	350
6. Competências do Distrito Federal	354
7. Competências dos Municípios	355

CAPÍTULO 6

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	361
1. Noções introdutórias	361
2. Princípios administrativos	363
3. Normas constitucionais sobre organização da administração pública	370
4. Normas constitucionais sobre ingresso no serviço público.....	373
5. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos agentes públicos	389
5.1. Noções gerais.....	389
5.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos	391
5.3. Direito de greve dos servidores públicos.....	392
5.4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos....	394
5.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual	394
5.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos	398
5.4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios.....	404

5.4.4.	Restrições previstas na Emenda Constitucional 95/2016 (“teto dos gastos públicos”).....	406
5.5.	Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públicos	407
5.6.	Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos	409
5.7.	Estabilidade	410
5.7.1.	Vedação à dispensa imotivada de empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista.....	412
5.8.	Disponibilidade remunerada, reintegração, recondução, aproveitamento e readaptação	413
5.9.	Extensão aos servidores públicos de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada	415
5.10.	Regime de previdência dos servidores públicos.....	417
6.	Administração tributária.....	424
7.	Obrigatoriedade de licitar	425
8.	Responsabilidade civil da administração pública	427
8.1.	Responsabilidade por danos decorrentes de omissão estatal	429

CAPÍTULO 7

PODER LEGISLATIVO	437
1. Tripartição de poderes.....	437
2. Funções.....	441
3. Composição	441
3.1. Congresso Nacional.....	441
3.2. Câmara dos Deputados.....	443
3.3. Senado Federal.....	446
4. Órgãos.....	447
4.1. Mesas diretoras	447
4.2. Comissões.....	449
4.2.1. Comissões parlamentares de inquérito.....	451
4.2.1.1. Criação	452
4.2.1.2. Poderes de investigação.....	454
4.2.1.3. Direitos dos depoentes	456
4.2.1.4. Competência.....	458
4.2.1.5. Incompetência	460
4.2.1.6. Controle judicial.....	462
4.2.1.7. Publicidade	463
4.3. Plenário.....	464
5. Reuniões	464

6.	Atribuições.....	466
6.1.	Atribuições do Congresso Nacional.....	466
6.2.	Atribuições da Câmara dos Deputados.....	469
6.3.	Atribuições do Senado Federal.....	472
6.4.	Convocação e pedidos de informação a Ministro de Estado.....	476
7.	Estatuto dos congressistas.....	477
7.1.	Imunidades.....	478
7.1.1.	Imunidade material.....	478
7.1.2.	Imunidade formal.....	481
7.2.	Foro especial em razão da função.....	487
7.3.	Afastamento do Poder Legislativo.....	494
7.4.	Desobrigação de testemunhar.....	495
7.5.	Incorporação às Forças Armadas.....	495
7.6.	Subsistência das imunidades.....	496
7.7.	Incompatibilidades.....	496
7.8.	Perda do mandato.....	497
7.9.	Renúncia ao mandato.....	499
7.10.	Manutenção do mandato.....	501
7.11.	Deputados estaduais, distritais e vereadores.....	501
8.	Tribunais de contas.....	503
8.1.	Tribunal de Contas da União.....	503
8.2.	Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais.....	513

CAPÍTULO 8

PROCESSO LEGISLATIVO	519
1. Conceito.....	519
2. Classificação.....	520
3. Processo legislativo ordinário.....	520
3.1. Fase introdutória.....	521
3.1.1. Espécies de iniciativa.....	522
3.1.2. Iniciativa e Casa iniciadora.....	523
3.1.3. Iniciativa popular.....	523
3.1.4. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo.....	524
3.1.5. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário.....	525
3.1.6. Iniciativa em matéria tributária.....	526
3.1.7. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público.....	526
3.1.8. Iniciativa da lei de organização dos Tribunais de Contas.....	527

3.1.9.	Prazo para exercício de iniciativa reservada	528
3.1.10.	Iniciativa privativa e emenda parlamentar	528
3.1.11.	Vício de iniciativa e sanção	529
3.2.	Fase constitutiva.....	530
3.2.1.	Abolição da aprovação por decurso de prazo.....	530
3.2.2.	Atuação prévia das comissões.....	531
3.2.3.	Deliberação plenária	532
3.2.4.	Irrepetibilidade (relativa) de matéria rejeitada	534
3.2.5.	Aprovação definitiva pelas comissões	534
3.2.6.	Sanção	535
3.2.7.	Veto.....	536
3.3.	Fase complementar.....	541
3.3.1.	Promulgação.....	541
3.3.2.	Publicação	542
4.	Procedimento legislativo sumário.....	544
5.	Lei Ordinária	545
6.	Lei Complementar	546
7.	Processos legislativos especiais.....	547
7.1.	Emendas à Constituição	547
7.2.	Medidas provisórias	549
7.2.1.	Desnecessidade de convocação extraordinária	549
7.2.2.	Limitações materiais	550
7.2.3.	Procedimento legislativo.....	552
7.2.4.	Prazo de eficácia.....	555
7.2.5.	Trancamento de pauta	555
7.2.6.	Trancamento subsequente de pauta	557
7.2.7.	Perda de eficácia.....	558
7.2.8.	Apreciação plenária.....	561
7.2.9.	Conversão parcial	562
7.2.10.	Reedição	563
7.2.11.	Medida provisória e impostos.....	565
7.2.12.	Art. 246 da Constituição Federal.....	566
7.2.13.	Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001	567
7.2.14.	Retirada	568
7.2.15.	Revogação	568
7.2.16.	Efeitos da medida provisória sobre lei pretérita	570
7.2.17.	Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais.....	570

7.2.18.	Medida provisória <i>versus</i> lei delegada	571
7.2.19.	Medida provisória nos estados-membros	572
7.3.	Leis delegadas.....	572
7.4.	Decretos legislativos.....	575
7.5.	Resoluções	576
8.	Processo Legislativo nos estados-membros e municípios	578
9.	Relação hierárquica entre as espécies normativas	578
9.1.	Tratados internacionais e suas relações com as demais espécies normativas	585
10.	Controle judicial do processo legislativo	587

CAPÍTULO 9

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	591
1. Introdução.....	591
2. Mutaç�o e reforma.....	592
2.1. Revis�o constitucional	594
2.2. Emenda � Constituic�o.....	598
3. Limita�es ao poder de reforma	599
3.1. Limita�es temporais	599
3.2. Limita�es circunstanciais	600
3.3. Limita�es processuais ou formais.....	601
3.3.1. Limita�es processuais ligadas � apresenta�o da proposta de emenda � Constituic�o.....	601
3.3.1.1. Aus�ncia de participa�o dos munic�pios	602
3.3.1.2. Aus�ncia de iniciativa popular	602
3.3.1.3. Aus�ncia de iniciativa reservada.....	602
3.3.2. Limita�es processuais ligadas � delibera�o sobre a proposta de emenda � Constituic�o.....	604
3.3.2.1. Aus�ncia de “Casa revisora”	604
3.3.2.2. Altera�o substancial.....	605
3.3.2.3. Inexist�ncia de interst�cio m�nimo entre os turnos de vota�o	606
3.3.3. Limita�es processuais ligadas � promulga�o da emenda	606
3.3.3.1. Aus�ncia de san�o ou veto	607
3.3.4. Limita�es processuais ligadas � veda�o de reaprecia�o de proposta rejeitada ou havida por prejudicada	607
3.4. Limita�es materiais	608
3.4.1. A express�o “n�o ser� objeto de delibera�o”	610

3.4.2.	A expressão “tendente a abolir”	610
3.4.3.	Cláusula pétrea e “os direitos e garantias individuais”	612
3.4.4.	Vedação à “dupla revisão”	612
4.	Controle judicial de proposta de emenda à Constituição.....	614
5.	Controle judicial de emenda promulgada	616
5.1.	Modificação da Constituição e moralidade administrativa	617
6.	Aplicabilidade imediata das emendas constitucionais (retroatividade mínima)	618
6.1.	Emenda constitucional e direito adquirido.....	619
7.	Reforma da Constituição Estadual	619

CAPÍTULO 10

PODER EXECUTIVO	621
1. Noção de presidencialismo	621
2. Funções.....	622
3. Investidura	623
4. Impedimentos e vacância.....	626
5. Atribuições	629
5.1. Poder regulamentar.....	632
6. Vice-presidente da República	633
7. Ministros de Estado	633
7.1. Atribuições	633
7.2. Responsabilização dos Ministros de Estado	634
8. Órgãos consultivos.....	635
9. Responsabilização do Presidente da República.....	636
9.1. Crimes de responsabilidade	636
9.2. Crimes comuns	642
9.2.1. Imunidades	642
9.2.2. Prerrogativa de foro.....	644
10. Governadores de Estado	646

CAPÍTULO 11

PODER JUDICIÁRIO	649
1. Introdução.....	649
2. Órgãos do Poder Judiciário.....	652
3. Funções típicas e atípicas	654
4. Garantias do Poder Judiciário	654
5. Organização da carreira	657

6. Garantias aos magistrados	659
7. Vedações	661
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário	662
9. Conselho Nacional de Justiça	663
10. Criação de órgão de controle administrativo pelos estados-membros	669
11. Supremo Tribunal Federal	670
11.1. Competências	671
11.2. Preservação das competências do STF e da autoridade de suas decisões	678
12. Superior Tribunal de Justiça	680
12.1. Competências	681
13. Justiça Federal	684
14. Justiça do Trabalho	689
15. Justiça Eleitoral	695
16. Justiça Militar	698
17. Justiça Estadual	700
18. Justiça do Distrito Federal	700
19. Justiça dos Territórios	701
20. “Quinto Constitucional”	701
21. Julgamento de autoridades	702
22. Precatórios judiciais	706
22.1. Exceção ao regime de precatórios	708
22.2. Pagamento da parte incontroversa e autônoma de dívida judicial	709
22.3. Ordem de pagamento	709
22.4. Atualização monetária e juros	711
22.5. Sequestro de valor	713
22.6. Decretação de intervenção	713
22.7. Vedação ao fracionamento	714
22.8. Oferta de créditos, depósito judicial, cessão e amortização	714

CAPÍTULO 12

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	717
1. Introdução	717
2. Ministério Público	718
2.1. Composição	718
2.2. Posição constitucional	719
2.3. Princípios do Ministério Público	719
2.3.1. Princípio da unidade	719

2.3.2.	Princípio da indivisibilidade	719
2.3.3.	Princípio da independência funcional	720
2.3.4.	Autonomia administrativa e financeira	720
2.3.5.	Princípio do promotor natural.....	722
2.4.	Organização dos Ministérios Públicos	723
2.5.	Funções do Ministério Público.....	724
2.5.1.	Atuação do Procurador-Geral da República.....	729
2.6.	Ingresso na carreira	731
2.7.	Nomeação dos Procuradores-Gerais	731
2.8.	Garantias dos membros	733
2.9.	Vedações constitucionais	733
2.10.	Conselho Nacional do Ministério Público	734
2.11.	Ministério Público junto aos tribunais de contas.....	737
2.12.	Prerrogativa de foro.....	739
2.13.	Atuação perante o Supremo Tribunal Federal	740
3.	Advocacia pública	741
4.	Advocacia	743
5.	Defensoria Pública	747

CAPÍTULO 13

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	753
1. Introdução.....	753
2. Presunção de constitucionalidade das leis.....	756
3. Conceito e espécies de inconstitucionalidades.....	757
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	758
3.2. Inconstitucionalidade material e formal	759
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial	760
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição	761
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta.....	763
3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	765
3.6. Inconstitucionalidade circunstancial	765
3.7. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”	766
4. Derrotabilidade das normas jurídicas	766
5. Sistemas de controle.....	767
6. Modelos de controle	768
7. Vias de ação.....	769

8. Momento do controle.....	770
9. Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil.....	771
9.1. A Constituição de 1824.....	772
9.2. A Constituição de 1891.....	772
9.3. A Constituição de 1934.....	773
9.4. A Constituição de 1937.....	773
9.5. A Constituição de 1946.....	774
9.6. A Emenda Constitucional 16/1965.....	774
9.7. A Constituição de 1967/1969.....	774
9.8. A Constituição de 1988.....	775
10. Jurisdição constitucional.....	777
11. Fiscalização não jurisdicional.....	778
11.1. Poder Legislativo.....	779
11.2. Poder Executivo.....	782
11.3. Tribunais de contas.....	784
12. Controle difuso.....	785
12.1. Introdução.....	785
12.2. Legitimação ativa.....	786
12.3. Espécies de ações judiciais.....	787
12.4. Competência.....	788
12.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário.....	788
12.5. Parâmetro de controle.....	792
12.6. Recurso extraordinário.....	792
12.6.1. Repercussão geral.....	794
12.7. Efeitos da decisão.....	797
12.8. Atuação do Senado Federal.....	798
12.9. Súmula vinculante.....	801
12.9.1. Iniciativa.....	802
12.9.2. Atuação do Procurador-Geral da República.....	804
12.9.3. Manifestação de terceiros.....	804
12.9.4. Requisitos.....	804
12.9.5. Deliberação.....	805
12.9.6. Início da eficácia.....	805
12.9.7. Descumprimento.....	806
12.9.8. Súmulas anteriores à EC 45/2004.....	807
13. Controle abstrato.....	807
13.1. Introdução.....	807

13.2.	Ação direta de inconstitucionalidade.....	809
13.2.1.	Conceito	809
13.2.2.	Legitimação ativa.....	809
13.2.2.1.	Capacidade postulatória.....	810
13.2.2.2.	Legitimação dos partidos políticos.....	811
13.2.2.3.	Pertinência temática: legitimados universais e legitimados especiais	812
13.2.2.4.	Legitimação das confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional	814
13.2.3.	Objeto	815
13.2.4.	Parâmetro de controle	822
13.2.5.	Causa de pedir aberta	824
13.2.6.	Petição inicial.....	825
13.2.7.	Imprescritibilidade	825
13.2.8.	Impossibilidade de desistência.....	826
13.2.9.	Pedido de informações.....	826
13.2.10.	Suspeição e impedimento de Ministro.....	827
13.2.11.	Impossibilidade de intervenção de terceiros.....	828
13.2.12.	Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	829
13.2.13.	Atuação do Advogado-Geral da União.....	832
13.2.14.	Atuação do Procurador-Geral da República.....	833
13.2.15.	Atuação do relator na instrução do processo.....	835
13.2.16.	Medida cautelar em ADI.....	836
13.2.17.	Decisão de mérito.....	841
13.2.17.1.	Deliberação	841
13.2.17.2.	Natureza dúplice ou ambivalente.....	842
13.2.17.3.	Possibilidade de cumulação de pedidos.....	843
13.2.17.4.	Princípio da fungibilidade	844
13.2.17.5.	Efeitos da decisão	845
13.2.17.6.	Modulação dos efeitos temporais	850
13.2.17.7.	Definitividade da decisão de mérito.....	854
13.2.17.8.	Limites da decisão em ADI: eficácia normativa e eficácia executiva.....	855
13.2.17.9.	Transcendência dos motivos determinantes	857
13.2.17.10.	Inconstitucionalidade “por arrastamento”.....	859
13.2.17.11.	Momento da produção de efeitos	860
13.2.17.12.	Declaração de inconstitucionalidade “incidental” no âmbito de ADI	860

	13.2.17.13. Breve resumo do procedimento de ADI perante o STF.....	862
13.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	863
13.3.1.	Introdução.....	863
13.3.2.	Legitimação ativa.....	865
13.3.3.	Legitimação passiva	865
13.3.4.	Objeto	866
13.3.5.	Procedimento.....	867
13.3.6.	Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	867
13.3.7.	Concessão de medida cautelar.....	868
13.3.8.	Efeitos da decisão de mérito.....	868
13.3.9.	ADO <i>versus</i> mandado de injunção.....	869
13.4.	Ação declaratória de constitucionalidade.....	870
13.4.1.	Introdução.....	870
13.4.2.	Principais aspectos comuns.....	871
13.4.3.	Objeto	873
13.4.4.	Relevante controvérsia judicial	873
13.4.5.	Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma.....	874
13.4.6.	Medida cautelar.....	875
13.4.7.	Não atuação do Advogado-Geral da União.....	876
13.5.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	876
13.5.1.	Introdução.....	876
13.5.2.	A arguição autônoma e a arguição incidental.....	878
13.5.3.	Objeto da ADPF e conteúdo do pedido.....	879
13.5.4.	Preceito fundamental.....	883
13.5.5.	Subsidiariedade da ADPF.....	883
13.5.6.	Competência e legitimação	885
13.5.7.	Petição inicial e procedimento.....	886
13.5.8.	Medida liminar	887
13.5.9.	Decisão	887
13.6.	Representação interventiva	893
13.7.	Controle abstrato nos estados.....	897
13.7.1.	Introdução.....	897
13.7.2.	Competência	898
13.7.3.	Legitimação.....	899
13.7.4.	Defesa da norma impugnada.....	900
13.7.5.	Parâmetro de controle	901

13.7.6.	Inconstitucionalidade do parâmetro de controle estadual.....	902
13.7.7.	Simultaneidade de ações diretas.....	903
13.7.7.1.	Normas de natureza autônoma.....	904
13.7.7.2.	Normas de reprodução da Constituição Federal.....	905
13.7.8.	Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual.....	908
13.7.9.	Distrito Federal.....	911
13.7.10.	Representação interventiva.....	911

CAPÍTULO 14

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 913

1.	Introdução.....	913
2.	Estado de defesa.....	914
2.1.	Pressupostos.....	914
2.2.	Prazo.....	915
2.3.	Abrangência.....	915
2.4.	Medidas coercitivas.....	916
2.5.	Controle.....	917
3.	Estado de sítio.....	918
3.1.	Pressupostos.....	918
3.2.	Duração.....	919
3.3.	Abrangência.....	919
3.4.	Medidas coercitivas.....	920
3.5.	Controle.....	920
4.	Forças Armadas.....	924
5.	Segurança pública.....	927

CAPÍTULO 15

FINANÇAS PÚBLICAS..... 933

1.	Normas gerais.....	933
2.	Orçamentos.....	935
2.1.	Princípios constitucionais orçamentários.....	935
2.1.1.	Princípio da anualidade.....	935
2.1.2.	Princípio da universalidade.....	936
2.1.3.	Princípio do orçamento bruto.....	936
2.1.4.	Princípio da unidade.....	936
2.1.5.	Princípio da exclusividade.....	936

2.1.6.	Princípio da quantificação dos créditos orçamentários.....	937
2.1.7.	Princípio da especificação.....	937
2.1.8.	Princípio da publicidade.....	937
2.1.9.	Princípio da legalidade.....	937
2.1.10.	Princípio da não afetação.....	937
2.1.11.	Princípio da programação.....	938
2.1.12.	Princípio da clareza.....	938
2.1.13.	Princípio do equilíbrio orçamentário.....	938
2.1.14.	Princípio da proibição do estorno.....	938
2.2.	Leis orçamentárias.....	939
2.2.1.	Plano plurianual (PPA).....	940
2.2.2.	Lei de diretrizes orçamentárias (LDO).....	940
2.2.3.	Lei orçamentária anual (LOA).....	941
2.3.	Lei complementar sobre matéria orçamentária.....	942
2.4.	Processo legislativo das leis orçamentárias.....	943
2.4.1.	Emendas aos projetos de leis orçamentárias.....	944
2.4.2.	Interferência excepcional do Poder Judiciário.....	945
2.4.3.	Autonomia orçamentária e alteração dos orçamentos propostos.....	946
2.4.4.	Orçamento impositivo.....	947
2.5.	Vedações constitucionais.....	950
2.6.	Créditos adicionais.....	953
2.7.	Estado de emergência: mecanismo de ajuste fiscal dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.....	955
2.8.	Estado de calamidade pública.....	957
2.9.	Repasse de duodécimos.....	959
2.10.	Limites para despesa com pessoal.....	959

CAPÍTULO 16

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	961
1. Introdução.....	961
2. Meios de atuação do Estado na área econômica.....	963
3. A ordem econômica e financeira na Constituição de 1988.....	965
3.1. Fundamentos e princípios gerais da atividade econômica.....	965
3.1.1. Fundamentos: livre-iniciativa e valorização do trabalho humano.....	965
3.1.2. Princípios básicos da ordem econômica.....	966
3.1.2.1. Soberania nacional.....	967

3.1.2.2.	Propriedade privada e sua função social.....	967
3.1.2.3.	Livre concorrência	968
3.1.2.4.	Defesa do consumidor.....	970
3.1.2.5.	Defesa do meio ambiente.....	970
3.1.2.6.	Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego.....	972
3.1.3.	Liberdade de exercício de atividades econômicas.....	973
3.2.	Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito	974
3.3.	Atuação do Estado como prestador de serviços públicos	979
3.4.	Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio	982
3.5.	Atuação do Estado como agente regulador.....	984
3.6.	Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.....	986
3.7.	Política urbana	987
3.8.	Política agrícola e fundiária, e reforma agrária.....	989
3.9.	Sistema Financeiro Nacional.....	992

CAPÍTULO 17

ORDEM SOCIAL	995
1. Seguridade social.....	995
1.1. Saúde (arts. 196 a 200)	999
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202)	1005
1.2.1. Regras para aposentadoria.....	1006
1.2.2. Regime de previdência privada complementar.....	1007
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204)	1008
2. Educação (arts. 205 a 214)	1009
2.1. Princípios constitucionais do ensino	1010
2.2. Autonomia das universidades.....	1011
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino	1011
2.4. Participação da iniciativa privada	1012
2.5. Fixação de conteúdo.....	1013
2.6. Organização dos sistemas de ensino	1014
2.7. Aplicação de recursos na educação	1015
2.8. Plano nacional de educação	1016
3. Cultura (arts. 215 e 216).....	1016
4. Desporto (art. 217).....	1018
5. Ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-B).....	1019
6. Comunicação social (arts. 220 a 224).....	1020

6.1.	Comunicação social e liberdade de informação.....	1020
6.2.	Regras acerca dos meios de comunicação e programação.....	1021
6.3.	Participação do capital estrangeiro	1022
6.4.	Controle do Legislativo e delegação.....	1022
7.	Meio ambiente (art. 225).....	1023
8.	Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso	1026
9.	Índios	1033
	BIBLIOGRAFIA	1035